

Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

Luciana Doll Martinelli

**CONFERÊNCIAS LIVRES: UMA EXPERIÊNCIA DE
MOBILIZAÇÃO DENTRO DO PROCESSO DA I CONFERÊNCIA
NACIONAL DE JUVENTUDE**

São Paulo

2009

Luciana Doll Martinelli

**CONFERÊNCIAS LIVRES: UMA EXPERIÊNCIA DE
MOBILIZAÇÃO DENTRO DO PROCESSO DA I CONFERÊNCIA
NACIONAL DE JUVENTUDE**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Minas Gerais como
requisito parcial para obtenção do título
de especialista em Ciência Política.

Orientadora: Carla Ferreira Soares

São Paulo

2009

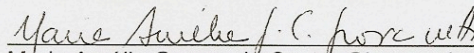


Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3499-5004

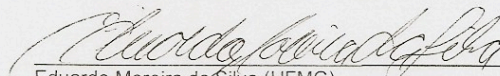
ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2010 (dois mil e dez), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada “*Conferências livres: uma experiência de mobilização dentro do processo da I Conferência Nacional da Juventude*”, elaborada por **Luciana Doll Martinelli**. A Comissão, composta por Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti (UFMG) e Eduardo Moreira da Silva (UFMG), após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Brasília, 28 de abril de 2010.



Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti (UFMG)



Eduardo Moreira da Silva (UFMG)

Meu especial agradecimento...

...a Renata, companheira de vida, por me ajudar a superar todos os meus limites;

... ao meu Pai e May, por sempre trazerem um novo olhar;

... a Fabiana, pelo carinho e dedicação de sempre;

...a Carla Soares, pelo apoio e orientação.

RESUMO

O presente estudo aprofunda temas relacionados aos desafios de mobilização de espaços de participação, com maior ênfase para as Conferências. Em meio às constantes mudanças tecnológicas vividas pela sociedade civil contemporânea, com o surgimento de novas formas de organização e ainda com a ampliação do conceito de comunidade, os espaços de participação enfrentam desafios para efetivação do seu caráter de mobilização.

Para o incremento da reflexão, o texto descreve as principais etapas, atividades, características e resultados da experiência das Conferências Livres inseridas no contexto da I Conferência Nacional de Juventude. A experiência aponta resultados e caminhos interessantes para a prática mobilizadora em torno das Conferências.

A análise das Conferências Livres permitiu a identificação de aprendizados para novas experiências. A necessidade dos espaços de participação terem suas ações de mobilização descentralizadas, a importância da criação de múltiplas formas e canais de envolvimento dos atores políticos com esses espaços são alguns dos aprendizados extraídos da reflexão sobre o tema e a sistematização da experiência das Conferências Livres.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. CONFERÊNCIAS: UMA REALIDADE EM CONSTRUÇÃO.....	09
2.1 ESPAÇOS MOBILIZADORES: CO-RESPONSABILIDADE, LEGITIMIDADE E PLURALIDADE.....	11
2.2 NOVOS ARRANJOS E INSTITUCIONALIDADES NO TECIDO SOCIAL.....	13
2.3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DE UM PROJETO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	15
3. CONTEXTO E HISTÓRICO DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE.....	18
4. AS CONFERÊNCIAS LIVRES: UMA EXPERIÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO.....	24
5. CONCLUSÕES.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

1. Introdução

Os espaços de participação após a Constituição de 1988 proliferaram pelo país. O impulso provocado pela nova legislação e a contemplação da participação popular no desenvolvimento das políticas públicas suscitou com mais frequência experiências e estudos associados aos chamados Conselhos de políticas.

Dentro dessa teia de espaços participativos, incluem-se também as Conferências Setoriais ou de Políticas. A primeira edição de uma Conferência é datada de 1947 e versou sobre as políticas de Saúde. Desde então, outras Conferências foram realizadas no Brasil, contribuindo para o amadurecimento desses espaços como instrumentos importantes para participação popular.

O objetivo desse estudo é de um lado aprofundar os desafios das Conferências quando compreendidas como espaços mobilizadores e por outro identificar elementos da experiência das Conferências Livres, realizadas dentro da I Conferência Nacional de Juventude, como aprendizados para superar ou minimizar esses desafios. A opção pelo estudo das Conferências Livres foi feita com base nos resultados atingidos dentro da experiência piloto e ainda por seu alto grau de replicabilidade para diferentes contextos.

As Conferências têm um caráter mobilizador presente em sua própria dinâmica de funcionamento e, portanto para realizar uma Conferência é necessário desenvolver ações de mobilização e comunicação. A mobilização dos atores políticos está diretamente associada a legitimidade, pluralidade e efetividade das Conferências.

As mudanças do conceito de comunidade na sociedade contemporânea, as novas formas de organização e institucionalidades presentes na sociedade civil, e sobretudo os desdobramentos e desafios para a mobilização da sociedade atual. Esses desafios serão abordados no capítulo *Conferências: uma realidade em construção*.

Os principais dados e fatos históricos relacionados com a I Conferência Nacional de Juventude serão tratados no capítulo *Contexto e histórico da I Conferência Nacional de Juventude*. Além de uma linha do tempo do recente desenvolvimento das Políticas Públicas de Juventude no país, o capítulo tratará dos principais números, resultados e metodologias empregadas na I Conferência Nacional de Juventude.

A experiência das Conferências Livres será detalhada no capítulo *Conferências Livres: uma experiência de mobilização*, com destaque para a descrição das principais características e elementos dessa modalidade de Conferência e seus resultados.

Por fim, esse estudo traz algumas *conclusões* sobre os desafios apontados para as Conferências no que se refere a mobilização, diversidade, pluralidade dos atores políticos envolvidos e destaca caminhos percorridos pelas Conferências Livres como fonte de reflexão e inovação para outras experiências.

A sistematização de experiências, o aprofundamento do debate e reflexão sobre as opções metodológicas que vêm sendo feitas dentro da dinâmica de espaços de participação se tornam cada vez mais importantes para que possamos qualificar esses espaços como formas efetivas de incidência e controle das políticas públicas.

2. Conferências: uma realidade em construção

As Conferências são espaços institucionais de deliberação das diretrizes gerais de uma determinada política pública. Possuem um caráter de mobilização social, sendo que todas etapas envolvem diversos atores políticos.

Hoje, as Conferências se constituem em um importante instrumento da democracia participativa e permitem a construção de propostas para a melhoria das políticas de forma mais ampliada e descentralizada.

Segundo os dados fornecidos pelo governo¹, até julho de 2009, foram registrados 105 processos de Conferências no Brasil, sendo a primeira de Saúde realizada em 1947. Foram 34 diferentes temas que tiveram participação popular no desenvolvimento das políticas públicas através das Conferências. A Conferência de Saúde, além de ser a primeira realizada no país, em 2009 realizou a sua décima terceira edição, seguida por Direitos Humanos com doze edições já realizadas.

Esse conjunto de experiências envolveu diferentes atores, tais como, movimentos sociais, organizações comunitárias, associações e possibilitou a identificação de alguns desafios comuns no processo de realização das Conferências:

- 1) Ampliação do caráter mobilizador das Conferências;
- 2) Reconhecimento e envolvimento da multiplicidade dos atores políticos envolvidos no debate de políticas pública;
- 3) Reconhecimento das diferentes formas de organização e atuação desses atores.

A maioria das experiências de Conferências possui uma dinâmica básica de funcionamento, que foi sendo aprimorada ao longo do tempo. Essa dinâmica é composta de etapas municipais, estaduais e a nacional; eleições de representantes e como produto final um conjunto de resoluções de caráter propositivo para a melhoria das políticas públicas.

A experiência da inclusão da modalidade *Conferências Livres*² no processo da I Conferência Nacional de Juventude produziu resultados que apontam elementos importantes a

¹ Dados disponíveis no site: www.planalto.gov.br/secgeral acessado em 14 de junho de 2009.

² As Conferências livres são uma modalidade de participação nos processos de Conferências. Difere do modelo mais tradicional de Conferência principalmente pela possibilidade de promoção da sociedade civil e pela autonomia de definição de metodologia e mobilização dos envolvidos.

serem considerados frente aos desafios de mobilização e democratização desses espaços.

A participação popular nos processos de tomada de decisão constitui-se em fonte de renovação e inovação das políticas públicas permitindo, segundo Avritzer (2009, p.26), a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político e a redefinição de identidades e pertencimentos.

Paterman (1992) considera que a participação é educativa e capaz de promover, através de um processo de capacitação e conscientização individual e coletiva, o desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, a ampliação do exercício e canais de participação é uma forma de promoção da cidadania.

No Brasil, a Constituição de 1988 tornou o Estado permeável à participação direta da população. Uma série de direitos reivindicados pela sociedade brasileira - dentre eles a participação na definição das políticas públicas e o controle público sobre as ações do Estado em diferentes níveis de governo - puderam materializar-se a partir deste respaldo legal (ALMEIDA e CUNHA, 2009, p.2).

Avritzer e Pereira (2005, p.2) acredita que a reforma constitucional propôs importantes modificações nas práticas das políticas públicas, de um lado, e na origem e significado das ações sociais e coletivas, de outro.

No que se refere à prática das políticas, a Constituição estabelece no Artigo 204, Inciso II a "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis". Por exemplo, no caso das políticas acerca da Família, da Criança e Adolescente, o texto constitucional determina que o Estado promova programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitindo a colaboração de entidades não governamentais.

Ao longo dos anos 1990, o desenvolvimento das práticas políticas, previstas na letra da Lei, impulsionou a criação de diferentes formas e espaços de participação. Orçamentos participativos, Conferências e, principalmente, conselhos de políticas proliferaram em todo o Brasil. Constituem, na verdade, experiências heterogêneas no que se refere à dinâmica de funcionamento, atores envolvidos e estratégias de mobilização.

2.1 Espaços mobilizadores: co-responsabilidade, legitimidade e pluralidade

Fazendo uma analogia à definição de Anastasia e Inácio (2006, p.10) de conselhos como "pontos de entrada" para coalizão de cidadãos e seus líderes na arena executiva, podemos entender as Conferências como um processo de vocalização dos anseios da população de forma mais ampliada e descentralizada, ainda que limitada por um período no tempo. É um "portal de entrada que se abre de tempos em tempos".

A compreensão das Conferências como espaços mobilizadores implica a percepção da democracia participativa associada ao exercício da cidadania.

Se tomarmos como base que uma democracia participativa exige ações de mobilização, esta passa a ser fundamental para o exercício da cidadania. Num formato em que se torna imprescindível uma interlocução entre o Estado e a Sociedade Civil, a organização dos sujeitos em torno de temas de interesses públicos é a forma de ampliação da sua potência cívica, o meio através do qual podem intervir mais ativamente no debate público. (HENRIQUES, 2009, p.8)

Essa mobilização, como forma de intervir na agenda pública, é mais reconhecida quando oriunda da Sociedade Civil. No entanto, o Estado assume o papel de mobilizador ao criar instâncias de participação da sociedade civil como Conselhos e Conferências. Segundo Henriques (2009, p.8), esses mecanismos são importantes para descentralizar o poder na formulação e na implementação das políticas públicas.

O processo de mobilização não acontece somente pelas ações de um único ator envolvido. Desde o início, a concepção das ações de comunicação e de sensibilização deve ser direcionada a construir vínculos de confiança que gerem **co-responsabilidade pelo processo**. As Conferências são atualmente, em sua grande maioria, convocadas pelo Estado, que busca o envolvimento da Sociedade Civil e seus diferentes atores.

A vinculação ideal dos públicos aspirada por todo e qualquer projeto de mobilização social encontra-se no nível da co-responsabilidade, a fim de que possam ser alcançados plenamente e de forma duradoura os objetivos estabelecidos. A co-responsabilidade existe quando o público age por se sentir responsável para com o

sucesso do projeto, entendendo sua participação como essencial ao todo. Essa disposição do público à participação é alcançada pelo sentimento de solidariedade e se caracteriza por uma compreensão dos problemas comuns da sociedade. (HENRIQUES, MAFRA, BRAGA, SILVA, 2009, p.4).

A busca do sentimento e prática co-responsável passa pelo equilíbrio da relação entre os representantes da sociedade civil e do governo na dinâmica dos espaços participativos. Esses atores são obrigados a debater e ajustar suas estratégias; ou seja, a ação individual ou institucional é substituída pela ação coletiva e negociada (AVRITZER e PEREIRA, 2006,p.1). Essa negociação não se dá somente acerca das perspectivas das políticas, mas também na determinação da dinâmica de funcionamento do próprio espaço de participação.

A **autonomia de auto-regulação** significa que a dinâmica de funcionamento é definida pelos próprios atores implicados.

(...) a participação envolve um conjunto de regras que são estabelecidas pelos próprios participantes, vinculando o orçamento participativo a uma tradição de reconstituição de uma gramática social participativa, na qual as regras da deliberação são determinadas pelos próprios participantes. (SANTOS e AVRITZER, 2002)

As Conferências, assim como outros processos de mobilização, necessitam do envolvimento e adesão dos atores políticos para que possam dar **legitimidade ao processo na esfera pública**. A força política e qualidade dos resultados de um processo de Conferência estão diretamente associados com a sua capacidade mobilizadora, i.e, com a quantidade e diversidade de atores envolvidos.

O reconhecimento e inserção política de grupos e segmentos que foram historicamente excluídos da cena pública devem nortear como meta e meio o processo de mobilização das Conferências.

Matos (2009.p.2) aponta que se trata de **reconhecer esse pluralismo** crescente como um processo de multiplicação dos pertencimentos (multisexualização, multiracialização e etc). Os princípios como igualdade e a universalidade são princípios ético-políticos sólidos que podem e precisam ser demandados pelos diferentes coletivos oprimidos.

Segundo Young (2006), essa demanda de participação denuncia a insuficiência dos padrões igualitários e universalistas da representação política atual.

O crescimento da demanda por reconhecimento de grupos identitários específicos oriundos de diferentes condições sociais imprime uma difusão de estruturas e oportunidades formais e informais para a representação e influência democrática, responsável por ampliar (...) os discursos públicos nas sociedades modernas. (MANSBRIDGE, 2003; DRYZEJ, 2006; ABERS & KECK, 2008)

O desafio da universalização da cidadania deve ser visto também sob a perspectiva da multidimensionalidade, característica da realidade atual de uma sociedade plural e diversa. A incorporação das dimensões etárias, raciais, geracionais, dentre outras no debate sobre cidadania, se contrapõe à visão da cidadania única e uniforme.

2.2 Novos arranjos e institucionalidades no tecido social

As novas formas de organização da sociedade contemporânea estão diretamente ligadas à mudança da **noção de comunidade**. Ainda que possamos encontrar pequenas diferenças na conceituação de comunidade entre diferentes autores, a perspectiva de um conjunto de pessoas que compartilha algo em comum está sempre presente nas definições.

Para Henriques (2009,p.4), as noções de centralidade e territorialidade associadas ao conceito de comunidade vêm sendo questionadas pelos avanços e mudanças da própria humanidade. Hoje, a prática da vida em comunidade é afetada diretamente pelos meios de comunicação, pela intensidade e formas de acesso à informação, pelas revoluções tecnológicas que geram uma complexidade maior da noção de pertencimento e identidade.

Se, para mobilizar uma pequena comunidade tradicional, bastava um simples sinal para todos soubessem para onde se dirigir e mais ou menos o que fazer, ou como se comportar na situação, isso já não é possível numa comunidade que se tornou mais complexa. (HENRIQUES, 2009, p.5)

A noção de territorialidade, ou seja, de que a comunidade se constitui pelos limites geográficos de um bairro ou cidade, é questionada pelos laços de identidade entre pessoas que extrapolam esses limites. Os avanços da comunicação e principalmente da internet possibilitam que pessoas construam vínculos e se identifiquem independentemente de suas localidades de origem. Assim como o sentimento de pertencimento a uma comunidade, hoje, também não pode ser associado com exclusividade à noção de pertencimento a um território específico.

Segundo Henriques (2009, p.6), a comunidade vista apenas a partir do compartilhamento de um território comum, não consegue mais corresponder à mobilidade ampliada dos agrupamentos humanos.

Essa descentralização e ampliação das formas de pertencimento a uma comunidade foram se modificando também pela influência e avanços dos meios de comunicação.

A mídia não se limita a descrever o mundo social, mas se envolve ativamente na própria construção desse mundo social na medida em que fez surgir novos tipos de inter-relacionamentos e de indeterminação do mundo moderno. (THOMPSON 1998;106)

O acesso a diferentes informações e possibilidades de conexões para além do território, fez com que a noção da atuação local deixasse de ser necessariamente isolada. Henriques (2009) aponta que transcender o localismo é quebrar o isolamento de comunidades tornando-as extremamente permeáveis.

A mudança da noção de comunidade se reflete na forma de organização e atuação da sociedade civil contemporânea. Podemos identificar novos arranjos e institucionalidades que estão baseadas na noção de pertencimento a múltiplas comunidades e identidades como por exemplo as redes temáticas, os fóruns regionais ou até mesmo agrupamentos informais.

A sociedade civil é a representação de diversos níveis de interesses e valores da cidadania e as maneiras como se organizam em cada sociedade, [...]esses níveis ora são a expressão de interesses mais restritos, mais específicos, mais particularizados ou localizados, ora referem-se a articulações de constelações mais amplas, mais universais ou mais globalizadas. (Scherer-Warren 2009, p.4)

Para Scherer-Warren (2009), os níveis organizacionais da sociedade civil contemporânea podem ser genericamente tipificados da seguinte forma:

Organizações de base: associações de bairro, organizações voluntárias, movimentos populares locais conectados e articulados entre si para lutar por melhores condições de vida e pelas demandas emergentes de suas populações.

Organizações de articulação e mediação: tais como fóruns regionais, organizações técnicas. Buscam o empoderamento da sociedade civil e, com frequência, assumem a interlocução da sociedade com o Estado. Organizações com tal perfil apresentam demandas mais sistêmicas, geralmente de médio e longo prazo.

Movimentos sociais: tem demandas e temáticas específicas nas lutas que empreende, com marcas de identidade e pertencimento fortemente presentes em suas formas de atuação e mobilização.

O reconhecimento dessa diversidade presente na sociedade civil, seja pelos diferentes níveis de institucionalização, estratégias de atuação ou pelas formas de comunicação de cada agrupamento, provoca desafios para espaços e projetos mobilizadores.

2.3 Desafios contemporâneos de um projeto de mobilização social

Para Henriques, Braga e Mafra (2000;36), um processo de mobilização é a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público.

São vários os aspetos que estão ligados a um processo de mobilização social. Para este estudo, destacarei os seguintes pontos para reflexão: a) a construção de redes de aprendizagem; b) a comunicação adequada a diferentes públicos e c) o foco multidimensional do processo de mobilização.

Pensar processos de mobilização exige uma visão integrada, processual e a implementação de ações que extrapolam o ativismo. A necessidade da circulação de **informações qualificadas sobre a causa e a produção de novos conhecimentos** gerados pelo intercâmbio entre os atores envolvidos, constituem desafios denominados por Henriques

(2009, p.11) como redes de aprendizagem.

A construção e manutenção dessas redes depende da capacidade dos envolvidos em um processo de mobilização se apropriarem rapidamente das novas informações produzidas e, sobretudo de estipularem formas e canais para torná-las públicas e coletivas. Pensar um plano de mobilização é também pensar formas de garantir a coletivização dos conhecimentos gerados pelo movimento.

As ações de comunicação são estruturantes dentro de um processo de mobilização. Além da preocupação com produção e unidade visual das peças de comunicação do movimento, a criação das mensagens, a utilização dos meios de comunicação, é importante destacar o olhar quase artesanal do comunicador no processo de mobilização quando se refere aos diferentes públicos que se tem intenção de envolver.

Segundo Bernardo Toro (1996), é fundamental que a comunicação seja feita de **forma quase exclusiva para cada público** envolvido no processo. Para isso é preciso envolver os reeditores sociais, que segundo Toro, são as pessoas que tem um público próprio: profissionais de saúde, lideranças comunitárias, professores, entre outros. O reeditor tem a capacidade de modificar, introduzir, ou eliminar mensagens dentro de seu público. Ainda segundo o autor, não há comunicação sem a participação dos reeditores da comunidade em questão. Falar "línguas" diferentes para públicos diversos, dentro de um mesmo conjunto de valores simbólicos é um desafio para a comunicação e mobilização.

Para Henriques, Braga e Mafra (2009) é necessário que um projeto de mobilização permita o desencadeamento de ações concretas de cooperação e colaboração, no qual os cidadãos se sintam efetivamente envolvidos no problema que se quer resolver e compartilhem a responsabilidade pela sua solução. Essas ações concretas são as **multidimensões de um movimento de mobilização**.

O conceito multidimensional das ações de mobilização se refere à intencionalidade de se construir um mosaico de possibilidades de participação e canais de envolvimento para os diferentes sujeitos políticos. Quanto mais ampliadas as dimensões e possibilidades de envolvimento com um processo de mobilização, maior a capacidade de se reconhecer as diferentes identidades, formas de contribuição e relação com a causa.

A experiência das Conferências indica a importância da existência de espaços de participação descentralizados, tanto pelo envolvimento dos três níveis do governo, como pela

oportunidade de um número maior de sujeitos políticos, movimentos e grupos se envolvem com o desenvolvimento e qualificação das políticas.

A compreensão desses espaços como mobilizadores implica reconhecer a pluralidade da sociedade civil atual, seja pelas suas múltiplas identidades ou suas novas formas de organização. E ainda, a busca pela legitimidade do espaço gera a necessidade de construção de vínculos de co-responsabilidade entre os envolvidos.

Como destacado no texto, são muitos os desafios para um processo de mobilização. Como dialogar e envolver os diferentes sujeitos políticos no processo? Como construir vínculos de co-responsabilidade, preservando a autonomia dos participantes? Como coletivizar os conhecimentos produzidos? Como ampliar e efetivar o caráter mobilizador das Conferências?

A experiência das Conferências Livres, realizadas pela primeira vez dentro da I Conferência Nacional de Juventude, indica alguns elementos e resultados que poderão contribuir com reflexões acerca dessas indagações. Não se trata da solução de todos os problemas de mobilização desses espaços, mas sim de aprofundar as possibilidades de novas formas de pensar e fazer ações de mobilização.

3. Contexto e histórico da I Conferência Nacional de Juventude

Até a década de 1990, a juventude como segmento específico não era incorporada à agenda governamental. O movimento constituído a partir dos direitos da criança e do adolescente contribuiu para a compreensão da dimensão da cidadania como direitos. Contudo, o jovem acima de 18 anos continuava “invisível” no que diz respeito às ações do Estado.

O aumento da atuação de movimentos juvenis e organizações sociais, a realização dos primeiros seminários para debate sobre a condição juvenil e políticas públicas³, a repercussão de encontros internacionais ligados ao Sistema das Nações Unidas⁴, foram alguns dos fatores que favoreceram a visibilidade da juventude no contexto nacional.

No primeiro momento, essa projeção era associada de forma negativa aos problemas sociais enfrentados pelo país tais como: violência e drogas. Essa compreensão do jovem como parte do "problema", que perdurou e ainda está presente no imaginário da população vem, aos poucos, dando espaço à visão do jovem como sujeito de direitos.

Em 2003, em resposta à crescente mobilização da sociedade civil, o governo brasileiro iniciou ações que resultaram no lançamento da Política Nacional de Juventude.

Foi criada, no Congresso Nacional, a Comissão Especial de Juventude (CEJUVENT), que realizou diversas audiências públicas, um Seminário Nacional, Encontros Estaduais e uma Conferência de Juventude para elaborar projetos de lei dirigidos às demandas juvenis. No final de 2004, a Comissão apresentou ao Congresso Nacional um relatório com três propostas:

- 1) A Proposta de Emenda Constitucional (138-A/2005), conhecida como a PEC da Juventude, que inclui a expressão "jovem" na constituição;
- 2) O Estatuto dos Direitos da Juventude (PL27/2007);
- 3) O Plano Nacional de Juventude (PL4530/2004) que estabelece objetivos e metas a serem alcançados pelos três níveis de governo tendo em vista a melhoria da condição de vida juvenil.

Em 2004, o governo criou também o Grupo Interministerial, composto por representantes de dezenove Ministérios, que realizou um diagnóstico da condição juvenil no

³ Um dos primeiros seminários que priorizou a pauta da juventude e políticas públicas foi realizado em 1997 : "O jovem nas trilhas das políticas públicas", promovido pela CNPD - Comissão Nacional da População e Desenvolvimento.

⁴ Em 1998, destaque para o Plano de Ação de Braga e Declaração de Lisboa como documentos internacionais importantes elaborados na I Conferência Mundial de Ministros de Juventude e no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas respectivamente.

país e um mapeamento dos programas e projetos já existentes para esse segmento da população. Em 2005, esse Grupo publicou um relatório final e destacou nove desafios assumidos posteriormente pela Política Nacional de Juventude:

- 1) Erradicar o analfabetismo;
- 2) Ampliar o acesso ao ensino e à permanência em escolas de qualidade;
- 3) Preparar para o mundo do trabalho;
- 4) Gerar trabalho e renda;
- 5) Promover vida saudável;
- 6) Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- 7) Estimular os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- 8) Estimular a cidadania e participação social;
- 9) Melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidade tradicionais.

Em 2005, o Governo Federal editou a Política Nacional de Juventude, que além dos desafios apresentados, estabelecia como estrutura básica, três instâncias: a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

A I Conferência Nacional de Juventude teve lugar nesse contexto histórico, por indicação do relatório da Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal e foi realizada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude.

O processo teve início em agosto de 2007, com a formação da Comissão Organizadora Nacional e fim no dia 30 de abril de 2008, em Brasília, com o término da Etapa Nacional.

A Comissão Organizadora Nacional era composta por representantes da Secretaria Nacional de Juventude e por conselheiros/as indicados pelo Conselho Nacional de Juventude. Dentre as incumbências da Comissão, o detalhamento da metodologia e a descrição das etapas da Conferência despontavam como as principais. O trabalho da Comissão foi orientado pelos objetivos da Conferência:

- 1) Propiciar formas de sensibilizar a sociedade para o tema;

2) Disseminar informações sobre os três eixos da Conferência de Juventude: Democracia, participação e desenvolvimento nacional; Parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude; Desafios e prioridades para as políticas públicas de juventude.

3) Possibilitar boas propostas de políticas públicas.

Para o cumprimento desses objetivos, a I Conferência Nacional de Juventude adotou como referência experiências similares realizadas no país e trouxe elementos inovadores na sua proposta metodológica.

As vias de participação no processo da Conferência eram duas. A primeira relacionada com o território, o que se traduz na possibilidade da identificação do jovem participante com a sua cidade ou estado de residência. Com esse fim foram realizadas as Conferências Municipais e Regionais Preparatórias e as Conferências Municipais e Estaduais eletivas.

As Conferências da etapa preparatória apresentaram propostas, mas não puderam eleger representantes ou delegados para as demais etapas. Essas Conferências deram oportunidade aos municípios que ainda não tinham órgão gestor especialmente dedicado ao assunto de se envolverem com a Conferência, na perspectiva de fortalecimento da agenda de juventude dentro do governo e da sociedade civil.

As Conferências Municipais e Estaduais Eletivas, realizadas por municípios e estados com órgão gestor de juventude, coordenadoria ou secretaria, apresentaram propostas e elegeram candidatos para a etapa nacional.

Segundo os dados oficiais do evento⁵ foram realizadas 841 Conferências Municipais, Regionais e Estaduais nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Outra via de participação contemplada na metodologia da I Conferência Nacional de Juventude foi a identificação por segmentos e/ou redes. Para essa via, que privilegiou a identificação do jovem participante com o tema a ser debatido e o segmento juvenil pertencente, foram desenvolvidas, segundo estatísticas oficiais, 689 Conferências Livres em todo o Brasil.

As Conferências Livres representaram uma contribuição do campo da Juventude para a mobilização da participação em Conferências. A metodologia está sendo utilizada por outras

⁵ Os dados oficiais da I Conferência Nacional de Juventude foram divulgados pela Secretaria Nacional de Juventude, através do site www.juventude.gov.br e publicações relativas ao tema. Esses dados podem ser encontrados em diversas fontes.

Conferências como a de Cultura e Segurança Pública. O detalhamento da proposta das Conferências Livres e seus impactos serão aprofundados no final desse capítulo.

Por compreender a importância em garantir a pluralidade e diversidade no processo da Conferência e, ainda, por reconhecer a necessidade de incluir comunidades e segmentos historicamente excluídos no processo de formulação das políticas públicas, a I Conferência Nacional de Juventude incluiu em seu cronograma oficial a Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais.

Participaram da Consulta jovens representantes de diversos povos e comunidades dentre eles: quilombolas, indígenas, ciganos, terreiros, ribeirinhos, pomeranos e mais quinze outras populações nacionais. A Consulta Nacional produziu propostas e elegeu 60 delegados que integraram a etapa nacional.

Para as duas vias de participação e para a própria Consulta Nacional dos Povos Tradicionais foi sugerida a utilização de uma metodologia de referência e padronização para a condução dos debates. Foram, também, fornecidos materiais de apoio.

A proposta de orientação das discussões nos grupos de trabalho incluiu três momentos:

- O inicial, de contextualização, para identificar e compartilhar as principais informações e dados sobre o tema discutido, seguido do Mapeamento das "bandeiras",
- o de identificação das demandas juvenis relativas a cada tema e,
- o da priorização de desafios e soluções.

Como fonte de apoio para todas as etapas e encontros foram disponibilizados cadernos temáticos com os principais dados numéricos e históricos de cada tema relacionado aos direitos da juventude. Os temas serviram de base para a formação dos Grupos de Trabalho da Etapa Nacional. São eles:

- 1) Família
- 2) Educação
- 3) Cidade
- 4) Trabalho
- 5) Mídia

- 6) Participação
- 7) Tempo Livre
- 8) Drogas
- 9) Cultura
- 10) Diversidade
- 11) Meio Ambiente
- 12) Cidadania LGBT
- 13) Sexualidade
- 14) Liberdades Democráticas

Durante os dias 27 e 30 de abril de 2008 teve lugar, em Brasília, a Etapa Nacional da I Conferência de Juventude. Ali, segundo as estatísticas oficiais do evento, estiveram presentes 2.681 pessoas sendo: 452 delegados eleitos nas etapas municipais, 1.210 delegados eleitos nas etapas estaduais, 60 delegados indicados pela Consulta Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, 120 delegados representando o Conselho Nacional de Juventude, 503 convidados e observadores e 336 profissionais da imprensa e equipe e apoio.

A programação da etapa nacional pode ser dividida em duas fases, além da abertura solene e falas de contextualização. A primeira fase foi pautada pelas discussões nos vinte e dois⁶ Grupos de Trabalho. A divisão respeitou o interesse e afinidade com o tema. Cada participante recebeu um caderno com as 264 propostas síntese que foram compiladas e sistematizadas, a partir da totalidade de propostas apresentadas pelas Conferências Livres, Conferências Estaduais, Municipais e Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais.

Cabia a cada Grupo de Trabalho eleger até três propostas que foram apresentadas e votadas no momento interativo e, posteriormente, reapresentadas na plenária final da Conferência.

A ampla ação que caracterizou a I Conferência Nacional de Juventude pode ser avaliada por diferentes ângulos. Primeiro, o resultado refere-se ao acúmulo de produção no

⁶ Os grupos de trabalho da Conferência foram: Educação Superior, Educação profissional e tecnológica, Educação Básica 1: Ensino Médio, Educação Básica 2: elevação de escolaridade, Trabalho, Cultura, Sexualidade e Saúde, Meio Ambiente, Política e Participação, Tempo Livre e Lazer, Esporte, Segurança, Drogas, Comunicação e Inclusão Digital, Cidades, Família, Povos e Comunidades Tradicionais, Jovens Negros e Negras, Cidadania LGBT, Jovens Mulheres, Jovens Portadores de Deficiência, Fortalecimento Institucional da Política de Juventude.

campo da juventude: indicação de 69 resoluções sendo 22 prioridades para as Políticas Públicas de Juventude⁷. Este resultado foi fruto de uma metodologia democrática de escolha, enriquecida por uma vasta produção e sistematização de conhecimentos e proposições acerca dos direitos da juventude. Ao longo de todo o processo da Conferência foram produzidas 4.492 propostas sobre dezesseis temas⁸ mobilizadores.

Outro aspecto a ser considerado no balanço da Conferência diz respeito a sua capacidade de vocalizar demandas de diferentes segmentos juvenis. Através da pesquisa Perfil, Percepções e Recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude⁹, realizada pela RITLA 2009, os participantes da Etapa Nacional se identificam com mais de 20 temas de interesse da juventude, entre eles: educação, cultura, religião, feministas, segurança e LGBT.

Por fim, o aspecto educativo e mobilizador da I Conferência Nacional de Juventude pode ser evidenciado pelo expressivo número de envolvidos. Engajaram-se em todo o processo 402.100 pessoas. Em 2004, a experiência da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres arregimentou 122 mil pessoas em todas suas etapas.¹⁰

7. As 69 resoluções e 22 prioridades resultantes da Conferência versam sobre todos os temas debatidos (pelo menos uma de cada tema) e estão a disposição no www.juventude.org.br

8 Os temas mobilizadores foram: Educação, Trabalho, Cultura, Sexualidade e Saúde, Meio Ambiente, Participação Política, Diversidade e Ações Afirmativas, Tempo Livre, Lazer e Esporte, Segurança e Direitos Humanos, Drogas, Mídia, Comunicação e Tecnologia da Informação, Fortalecimento Institucional da Política de Juventude, Cidades, Família, Campo e Povos e Comunidades Tradicionais.

⁹ Essa pesquisa foi realizadas com todos os participantes da Etapa Nacional da Conferência através de questionário e grupos focais.

¹⁰ Dado fornecido através dos Anais da Conferência pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - 2004

4. As Conferências Livres: uma experiência de mobilização

As Conferências Livres¹¹ constituíram uma grande inovação do processo da I Conferência Nacional de Juventude e ampliaram as oportunidades de vinculação e participação na Conferência, além de fazer emergir novas formas, metodologias e dinâmicas de debate das políticas públicas.

Podiam ser organizadas por qualquer pessoa ou organização. Podiam, inclusive, ser o resultado de uma parceria de várias organizações, redes e fóruns. Os organizadores eram responsáveis por definir o tema, a programação da Conferência, o processo de mobilização, o local, a data e, sobretudo, o preenchimento e envio do relatório, base das Conferências Livres para que as propostas pudessem ser consideradas na sistematização da Etapa Nacional. As Conferências Livres não tinham o poder de eleger delegados para as demais etapas.

Essa nova forma de vinculação com o processo da Conferência é coerente com as mudanças nas formas de organização, mobilização e comunicação do movimento juvenil e da sociedade civil como um todo. O surgimento das redes, das organizações mediadoras e movimentos sociais com múltiplas bandeiras significa uma nova forma de articulação que não se limita à identidade territorial.

O caderno oficial da Conferência com orientações para a realização das Conferências Livres destaca cinco características dessa modalidade:

1) a *liberdade* como elemento constituinte e simbólico e que dá origem ao nome da modalidade. A participação social na sua essência é um ato voluntário e percorre caminhos que são construídos em função das origens, demandas, bandeiras de um grupo ou indivíduo. As formas e propostas de liberdade foram vivenciadas nas Conferências Livres. Ainda que dispendo de uma unidade e certa padronização, a autonomia dos grupos ao formularem as próprias formas de comunicação, mobilização, local da conferência, dinâmica de funcionamento e os temas a serem debatidos não prejudicou a possibilidade de incorporação dessas visões ao conjunto de propostas da Conferência.

2) a *informalidade*, em contraponto aos rituais burocráticos associados a eventos governamentais, permitiu, aos grupos juvenis, debater temas ligados a sua própria condição

¹¹ Na maioria das Conferências já realizadas a oportunidade de participação está restrita à dimensão territorial, ou seja, o participante deverá participar da etapa do seu Município e/ou Estado.

de vida, além de fazê-lo na sua própria linguagem e narrativa cotidiana. A tradução e aproximação da cultura e linguagem cotidiana do cidadão aos espaços de participação resulta em uma ampliação da possibilidade de identificação e, sobretudo, um ponto de atração e mobilização com vistas à participação.

3) a valorização da *diversidade* também é um elemento que caracteriza as Conferências Livres. As possibilidades de criação, definição e protagonismo dos movimentos e grupos juvenis na definição da Conferência deram margem à ampliação da diversidade dos segmentos engajados. Questões ligadas à dificuldade de locomoção, ao acesso à informação e à logística foram minimizadas, a partir do momento em que a sociedade civil assumiu o papel de copromotora da Conferência, via Conferências Livres.

4) a *criatividade* marcou a apropriação das Conferências Livres pelo movimentos e organizações juvenis. O uso das próprias referências metodológicas deu origem à utilização e/ou produção de vídeos, grafites, músicas, poesias, programas de rádio, que tinham como pano de fundo a promoção do debates sobre os direitos e demandas da juventude.

5) a *inovação*, marca a ousadia da proposta dessa modalidade de Conferência e a sua intencionalidade de potencializar a irreverência, a energia e a criatividade dos jovens participantes.

De acordo com os dados oficiais, ao longo dos 8 meses de atividades voltadas para a realização da I Conferência Nacional de Juventude, foram realizadas 689 Conferências Livres que mobilizaram 137.793 pessoas.

As tabelas a seguir indicam a distribuição das Conferências Livres e número de participantes por região e estado:

Número de participantes das Conferências Livres por UF	
UF	Participantes
AC	135
AL	9516
AP	31714
AM	2000

BA	3042
CE	3522
DF	3357
ES	307
GO	504
MA	2844
MT	750
MS	2118
MG	8143
PA	2127
PB	130
PR	12170
PE	4731
PI	2638
RJ	4917
RN	2101
RS	1833
RO	861
RR	185
SC	1452
SP	14945
SE	4876
TO	7875
TOTAL	137793

Número de Conferências Livres e participantes por região		
Região	Número de Conferências Livres	Número de participantes de Conferências Livres
CENTRO OESTE	65	6979
NORDESTE	223	33400
NORTE	128	44647
SUDESTE	180	28312
SUL	93	24455
TOTAL	689	137793

Embora as estatísticas indiquem a realização de 689 Conferências Livres, é possível que este número seja ainda maior, já que muitas Conferências Livres foram realizadas sem que o relatório fosse preenchido e submetido à Secretaria Nacional de Juventude, segundo levantamento de integrantes da equipe de mobilizadores.

Observando os dados apresentados no gráfico, nota-se que o Amapá (AP) é quem mais exerce peso nos dados da Região Norte. Segundo o relatório final do processo da Conferência, isto se deve ao fato de neste estado a comissão organizadora estadual empreendeu consideráveis esforços na mobilização de escolas do ensino médio por meio da realização de Pré-Conferências. Esta ação contribuiu para elevar o número de participantes de forma significativa, tanto para o Amapá, quanto para a Região Norte.

Em seguida, é possível identificar no gráfico um segundo nível de estados com um grau de participação semelhante entre si: Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins. E, finalmente, um último bloco de estados com estados com um grau de participação mais tímido, segundo o número de participantes das Conferências Livres.

O gráfico da distribuição das Conferências Livres pelas regiões do país revela que o Nordeste foi a região com o maior número de Conferências Livres levadas a efeito, representando um terço do total (33%). Logo após vem o Sudeste, com um quarto (25%) do total, seguido pelo Norte, Sul e Centro-Oeste.

Quanto ao número de participantes das Conferências Livres, destaca-se a Região Norte. Como a estratégia de divulgação e mobilização de organizações de juventude para a realização de Conferências Livres foi equilibrada em todas as regiões do país. A tabela anterior indica o nível da resposta das diferentes regiões frente à proposta. As Conferências Livres contaram com a adesão de cerca de 140 mil pessoas, ou seja, 30% do total de participantes do processo inteiro da I Conferência Nacional de Juventude.

Em relação às 4.492 propostas formuladas a partir do processo da Conferência Nacional, as Conferências Livres foram responsáveis por 86%, totalizando 3.868 propostas, das quais 965 relativas à Educação.

Além de ampliar o volume de propostas da Conferência, as Conferências Livres oportunizaram o engajamento de diferentes segmentos, inclusive os tradicionalmente distantes dos espaços institucionais de participação. As Conferências Livres foram protagonizadas por diferentes atores e movimentos sociais entre eles: escolas, universidades, grupos e associações de bairros, grupos juvenis culturais e jovens em situação de privação de liberdade.

As Conferências Livres contribuíram para a ampliação e democratização de um processo de Conferência de Políticas Públicas. O sucesso da experiência em questão não pode ser associado somente à participação dos jovens. As características trazidas por essa faixa etária e traduzidas por formas de agir pautadas na liberdade, informalidade e princípios democráticos, cunharam uma nova maneira de organizar os trabalhos. Na verdade podem e devem ser aplicadas em diferentes situações e com públicos variados, dado o seu caráter universal. Prova disso é que em 2009, o modelo de Conferências Livres foi adotado na Conferência de Cultura, Segurança Pública e Esportes.

5. Conclusões

Ainda que tenham sido realizadas 105 Conferências no país, de 1941 até junho de 2009, e muitas delas com repercussão e mobilização dos muitos sujeitos políticos, efetivar o caráter de mobilização desses espaços tende a ser um desafio constante frente as inúmeras mudanças das formas de organização, comunicação e relação dos diferentes atores sociais.

A experiência das Conferências Livres dentro do desenho da I Conferência Nacional de Juventude, aponta alguns aspectos importantes para a compreensão das Conferências como espaços mobilizadores.

O estabelecimento de diferentes canais e formas de envolvimento com o processo aumenta a possibilidade de envolver mais pessoas sem necessariamente descaracterizar a dinâmica da Conferência. Por um lado, a via territorial das conferências municipais e estaduais, possui uma dinâmica mais próxima da liturgia do governo e com pouca possibilidade de mudança e pro atividade da sociedade civil. No entanto, por outro lado, a via temática das conferências livres se constitui como uma forma complementar e não substitutiva de participação. Das 402 mil pessoas que se envolveram com a I Conferência Nacional de Juventude, 30% se envolveram através das Conferências Livres.

A diversificação dos canais de participação pode ampliar o caráter propositivo e de produção de conhecimento da Conferência. A participação através da via temática, parte do princípio da relação prévia dos grupos e atores políticos com o tema. Essa relação mais próxima e sobretudo a oportunidade de livremente definir que aspecto e de que forma conduzir os debates dentro das Conferências Livres podem explicar a alta contribuição de propostas para o processo da I Conferência Nacional de Juventude. Das 4.492 propostas formuladas a partir do processo da Conferência Nacional, as Conferências Livres foram responsáveis por 86%, totalizando 3.868 propostas.

As Conferências Livres contribuíram com o potencial propositivo da Conferência, no entanto, quando avaliamos a partir do conceito de redes de aprendizagem, ou seja, troca e coletivização dos conhecimentos produzidos entre os atores envolvidos, ainda é necessário criar outras ações e iniciativas que promovam a coletivização de forma mais intensa e efetiva.

O reconhecimento dos diferentes atores políticos implica a criação de canais flexíveis e descentralizados de participação. As principais características das Conferências

Livres - liberdade, informalidade, diversidade, criatividade e inovação - apontam para o sentido da autonomia no processo de participação. A sociedade civil, por meio de grupos, fóruns, redes, escolas e demais atores, além de se envolver com o processo da Conferência, construiu as bases desse envolvimento organizando as Conferências Livres.

A liberdade de escolha da metodologia de debate, do local do encontro, da forma de mobilização dos atores possibilitou que as institucionalidades emergentes tais como: redes e fóruns e os atores historicamente excluídos como indígenas e segmentos populares pudessem fazer parte do processo da Conferência em condições de igualdade de proposição com os demais atores. É fato, que a eleição de representantes e a votação das prioridades da Conferência ainda estão distantes para muitos desses atores. As Conferências Livres possibilitaram vocalizar suas demandas como parte do processo da Conferência.

Com o objetivo de mobilizar muitos atores e levando em conta as dimensões continentais do Brasil, as diferenças dos contextos rurais e urbanos, das grandes cidades e pequenas cidades e demais aspectos do quadro da diversidade nacional é imperioso que os canais de participação sejam descentralizados. Essa visão não se contrapõe com a necessidade de se construir e fortalecer uma unidade em todo o processo, mas a possibilidade de envolvimento real precisa estar mais próxima do cotidiano das pessoas e portanto descentralizada.

Os números das Conferências Livres, indicam que foram realizadas experiências em todos os estados do país, abrindo a possibilidade do protagonismo de regiões historicamente com menos interferência no debate das políticas públicas de juventude, por exemplo a região norte.

Os vínculos de co-responsabilidade com processo da Conferência podem ser reforçados pela condição da sociedade civil como co-promotora. Embora as estatísticas indiquem a realização de 689 Conferências Livres, é possível que este número seja ainda maior, já que muitas Conferências Livres foram realizadas sem que o relatório fosse preenchido e submetido à Secretaria Nacional de Juventude, segundo levantamento de integrantes da equipe de mobilizadores. Esse número é bastante expressivo se considerarmos a experiência como piloto e ainda as dificuldades de comunicação da Conferência.

Além do número de Conferências Livre realizadas é importante considerar que o conjunto de propositores dessas experiências, sejam grupos juvenis, organizações sociais, escolas, universidades, assumiram em relação ao processo da Conferência um vínculo que

transcende a simples participação em uma das etapas. A preparação, realização e sistematização da experiência de cada Conferência Livre possibilitou a identificação da sociedade civil como co-promotora do processo da Conferência como um todo. O "fazer junto" é importante quando pensamos num processo de mobilização que envolve diferentes atores políticos.

Ainda que a experiência das Conferências Livres tenha apontado elementos interessantes para a efetivação do caráter de mobilização de uma Conferência de Políticas Públicas, é fato que a simples adoção da modalidade não resolverá todos os desafios de comunicação e mobilização desses espaços.

O pensamento processual em detrimento ao pontual é ainda um desafio para os processos de mobilização em torno das Conferências. Ainda que sejam "janelas de oportunidades", a participação das pessoas deve partir de sua realidade cotidiana e os debates das Conferências serem um reflexo disso. Como fazer de um evento um processo de mobilização internalizado no cotidiano dos envolvidos? Como pensar no processo e nos resultados das Conferências vinculados a demais espaços de participação como por exemplo os Conselhos? Como aprimorar as ações de comunicação dentro de um cenário de avanços tecnológicos?

Essas são algumas indagações que ainda precisam ser avaliadas, debatidas e que com certeza darão origem a inovações, assim como as Conferências Livres. A prática das Conferências se mostra aberta à mudanças e incrementos que possam democratizar ainda mais esses espaços e com isso contribuir para a qualificação das políticas públicas no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABAD, Miguel. *Possibilidades e limites da participação juvenil para o impacto na agenda pública*. Recife: Redes de Juventude, 2004. (Coleção Jovens e Juventude: Contribuições).

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo. 2004

ALMEIDA, Debora & CUNHA, Eleonora. *O Potencial dos conselhos de políticas na alteração da relação entre estados e sociedade no Brasil*. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro. Julho de 2009.

ANASTASIA, Fátima & INÁCIO, Magna. *Democracia, Poder Legislativo, Interesses e Capacidades*. Belo Horizonte, Fevereiro de 2006.

AVRITZER, Leonardo e PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, participação e instituições híbridas*. In: Teoria e Sociedade. Belo Horizonte. Número Especial, 2005.

CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOVAY, Miriam. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: RITLA, 2009.

DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.24, p.40-53, set/out/nov/dez 2003.

HENRIQUES, Márcio Simeone.(org.) *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2004.

HENRIQUES, Márcio Simeone, BRAGA, Clara Soares, MAFRA, Rennan Lanna Martins. *O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade*. Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom. Manaus/AM: Intercom, 2000.(CD-ROM).

MATOS, Marlise. *Cidadania porque, quando, para quê e para quem?* Desafios contemporâneos ao Estado à democracia inclusivas. (2009)

SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITZER, Leonardo. 2002. In: SANTOS, Boaventura(org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das ações coletivas às redes de movimentos sociais*. REVISTA SOCIEDADE E ESTADO, Brasília, v. 21, 2006., p.109-130.

SPOSITO, Marília. *Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*. Revista Brasileira de Educação. ANPED, n 13, 2000.

THOMPSON, J. B. *A Mídia e a Modernidade : Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes,1998.

TORO, José B. & WERNECK, Nísia M. D. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica,2004.

Documento Base - 1ª Conferência Nacional de Juventude - Levante sua bandeira. Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude, Brasília, 2008.

Caderno de Resoluções - 1ª Conferência Nacional de Juventude - Levante sua bandeira.Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude, Brasília, agosto 2008.

Site do governo federal - www.planalto.gov.br/secgeral

Site do governo federal - www.juventude.gov.br